

lúcio nº 25185, de autoria do Vereador Alves Benno do Seguineiro, aprovado por unanimidade. Projeto de Renolução nº 28185, da Fazenda do Vereador Exomides da Silva Santos, aprovado por unanimidade. Projeto de Renolução nº 30185, de autoria do Vereador Virgílio Corrêa de Souza, aprovado por voto unânime. Projeto de Renolução nº 31185 da Fazenda do Vereador Wilson Monteiro, aprovado por voto unânime. Projeto de Renolução nº 34185, de autoria do Vereador Virgílio Corrêa de Souza, aprovado por voto unânime. Foi votado de acordo com o autor, Vereador Alcioneides Fernandes de Souza, o Projeto de Renolução nº 32185. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, marcou uma reunião ordinária para terça-feira, dia quinze, às dezenove horas, encerrara o presente. E, para constar mandou que no plenário, nesse Ata que, de parte da Fazenda, não metida à aprovação plenária, aprovado, marcar a reunião, para que produza os efeitos legais.

Luzia (sc.)

Alves B. Seguineiro
Presidente

Ata da Véspera Plenária Ordinária
do Segundo Período Legislativo, do
ano de mil e novecentos e oitenta
e cinco (1985) realizada no dia que
se do custódio da sede em curto

No dia vinte e quatro horas e trinta minutos da dia
quinze do mês de junho, do ano de mil e novecentos e oitenta e cinco
(1985), sob a presidência do Vereador Rego Sílvia da Rocha e, com
a ocupação da primeira, da segunda e terceira cadeiras pelos Vereadores
Augusto Acosta de Oliveira, Barro Jônio de Oliveira, assumiu-se
ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses
responderam a chamada nominal, os seguintes Vereadores: Gireb
Benno do Seguineiro, Alcioneides Fernandes de Souza, Anna Célia Bathista

des Santos Corrêa, Antônio Carlos de Oliveira Trindade, Rui Ley Penava da Silva, Joaquim Pardinho Moreira, Silva dos Santos Silva, Wilmar Monteiro. Walter de Bessa Teixeira falecendo membro regimento, o Senhor Presidente, em nome de Deus declarou aberta a presente reunião. A seguir, foram lidas e aprovadas as seguintes Atas: Ata da Décima Nona Reunião Ordinária, Ata da Sétima Reunião Extraordinária, realizadas no dia dez de outubro do ano com curto espaço após, o Senhor Presidente, determinou a leitura do EXPEDIENTE, que continha o seguinte: Indicação nº 120/85, de autoria do Senador Rui Ley Penava da Silva, no qual é enviado Expediente ao Senhor Secretário Municipal de Obra, Juliano Miguel Benquista Filho, solicitando a colocação de manilhas em frente à Igreja Santista em Jardim Esperança. Requerimento nº 126/85, de autoria do Senador Henrique Fonseca da Cunha, relativo ao Excepcionamento do Senador Henrique Baciel, Ministro da Educação. Cultura, a implantação do Projeto para implantação da Faculdade com todos os cursos em Cabo Frio. Requerimento nº 127/85, de autoria do Senador Henrique José da Cunha, relativo ao Excepcionamento do Senador Antônio Carlos Magalhães, Ministro das Comunicações, implantação do escritório do Departamento de Pesquisas, referente ao Bairro São Cristóvão. Requerimento nº 128/85, de autoria do Senador Antônio Pimentel, de 9º, no qual, depois de breve conversa com o Senador Henrique da Cunha, é remetida ao Senhor Nelson Machado, Décimo, Requerimento nº 129/85, de autoria do Senador Antônio Carlos de Oliveira Trindade, no qual é concedido Rego de Pena a família do Senhor Marcelo Rebello, que implantou a toda comunidade cabofriense. Terminada a leitura do expediente, e como primeira ação imediata, ocupou a tribuna o Senador WALTER DE BESSA TEIXEIRA, dissera que no exercício do seu mandato procurava realizar um trabalho que muitas vezes crítico, todavia não procurava desfigurar a vida administrativa do seu município, dizendo que ficava satisfeito quando alguma pessoa

c percurro no sentido de que algumas colocações suas - sobre palavras pudorosas e corrigidas, considerando que fatores operam emriqueciam o mandato do Senador e a Administração Municipal. Fiz-me que ouviu da um município algo que não garantia de ouvir, voluntando e que fato dito, vendo nesse assunto profundamente pela família do meu interlocutor motivado pelo fato de grande ou tampa em um Passeio no Parque São Luís, dizendo que fato acidentes fomos com a noveleira para a Administração Municipal não fornecer previdência emergencial e respeito ao anúncio, dizendo que de há muito tempo chamava atenção da autoridade Municipal para o anúncio lamentando que os munícipes não tivessem direitos feridos na data da conta. Encolheceu que o fato do referido cidadão cuja família havia sofrido acidente quando o veículo de sua propriedade se chocou com uma árvore de velo, entrou com uma grave lesão no fígado, frangendo tal o nascimento do acidente e que era deveras lamentável vendo cabível a abertura de um processo no Juízo contra a Prefeitura Municipal. Disse que o acidente de velo em que todos os munícipes do Município exigiu também soluções alternativas - práticas no sentido de que outros acidentes não tornassem a ocorrer. Solicitou previdência a Administração Municipal com intuito de obter a liberação em que se encontrava o Cemitério Santo Izabel, o único do Município, que os funerários estavam sempre com dificuldades tal a situação do Campo Santo do Poco Seco. Solicitou do Prefeito Municipal o cumprimento do prometido ainda de campanha eleitoral que vinha a construção de um píer, ponte para atender aos vendedores de pescado que fazem ponto no Ramal de São José, próximo ao Cemitério de Santo Izabel, visto não haver para os pescadores um ponto determinado - com condições de higiene - trabalha para a comercialização da camarão e do peixe. Lamentando nesse comunitarização do PEPS manifestou sua alegria por saber que a Companhia Nacional de Águas havia dado área em Batalha do Poco para a construção de mais

uma unidade educacional, dizendo que tal motivo era motivo de justa alegria para o novo Município cuja população infantil teria também uma orientação diferente da expectativa. Disse que era chegada a hora do político negar a sua credibilidade através de obter como o que entende realizando o Governo do Estado no âmbito educacional. Narrou sua participação na campanha política em Barreiro do Galo onde tirou a oportunidade de manifestar seu apoio à candidatura de Itamar, congratulando-se com o seu colégio pelo entusiasmo cívico de que era envolvida o momento político no novo Município, encerrando sua fala. A seguir, fez uso da palavra o Senador DIRLEY PEREIRA DA SILVA, iniciando sua fala manifestou seu pesar pelo núblico falecimento do Engenheiro Nelson Machado Durão, aníndio frequentador das Reuniões da Câmara Municipal de Galo Branco, homem inteligente, com grande percepção das atividades políticas, cujo falecimento deixava uma profunda consternação no âmbito do Poder Legislativo do Município. Registrou a passagem do Dia dedicado aos Professores rendendo suas homenagens a laboriosa, dedicada Classe, destacando-se particularmente no Professor Dourinha, que presidente a Reunião recebeu do Senador Dirley Pereira da Silva o elogio a sua dedicação ao magistério atuando há muitos anos no interior do Município. Manifestou sua indignação pelo fato do Presidente José Sarney ter assinado Decreto, através do qual a educação no Município de Galo Branco já tinha tal diploma. Recomendou que a respeito dos problemas enfrentados pelas professoras abrangesse a baixa remuneração, falta de condições de trabalho na maioria das casas, dizendo que não a força de um ideal tão sublime fazia com que a classe permanecesse no órdão municipal, e que no âmbito municipal afrontava que no próximo biênio a Prefeitura a ser enviada a Câmara, realmente fosse

praticado publico para com os Professores Municipais. D. nro haver recebido ofício da Associação dos Servidores Públicos denunciando o pre desmánio de sua autoria naquele funcionário do interior do Município que eram obrigados a compras ferramentas para desmálo verem a sua trofaria, que no ofício, a ASPH dizia que investigava a falso haviam cometido que as denúncias eram infundadas, que no ofício a entidade lamentava que certos funcionários no município com critica anterio ao qual era a necessidade de suas denúncias. Comentou a atitude da Associação dos Servidores Públicos Municipais, que no não entender de forma pronta pelo desmaio dos interesses da classe - que impulsionou uma de artifícios para encobrir a verdade, e que a mesma da entidade demonstra simpatia, excluindo os interesses do Executivo Municipal e que era contrameador rotineiramente. Considerou que os termos do Expediente da ASPM eram desproporcionais visto que o vereador a verdadeira final da pauta inventada pelo mandato popular, encerrando sua fala. Fazendo após, festejo da posse do Vereador ARISTAPPE SOCIOLI DE OLIVEIRA, cunho que considerava como dentro do seu efeito o dia da posse de Gilson dos Montes, e dia das eleições para a Assembleia pelo alegado do cumprimento para com os filhos, desgostos de sua preocupação para com os eleitos, contenção no Município e de certa forma de todo o País. Fazendo uso da sua voz de registro e acentuado no clima do leitor Raportos de Oliveira. Entretanto da FERT, quando por oração do Dto da Encarregada, despedida com sua residência encarregada pública do Brizola, São Paulo, deixando para o carinho de sua família, presente. Tentou suas transmissões no Professorado no mundo árido dignificante dirigindo a formação de novas atrações, direito da participação da classe profissional na autenticidade da educação. Em sua explanação disse que havia a oportunidade de participar como autoridade de um dos mais amplas preparados de educação já fezendo a fala no final, durante o governo de Jânio Quadros quando a frente das cidades de onde fôr faltado na Guanabara, fa-

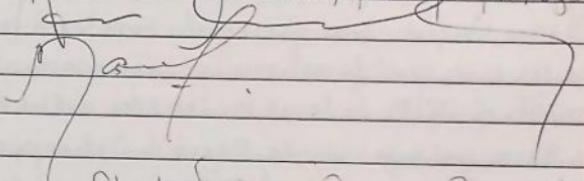
fazende da reforma do falecido governo público e da competência dada ao setor educacional, devido-se que talvez politicamente marcaram a vida de Carlos Bacelar. De modo-se a filosofia educacional programada pelo governo da Entidade com a consolidação de PIEPS, o Instituto Quintalce Social de Pernambuco, que enquanto se constituiu no seu caráter encarregado com direitos priviligerados e interior da Entidade predominantemente a zona rural era reforçada no âmbito, com execução piorativa evitado de conservação, encarregando sua fala reiterando suas homenagens aos profissionais e fazendo um discurso comungando a classe. Em seguida, realizou a trifunfo e foram os MILITARES NACIONAIS, comunicou que naquela data fazendo uso no Anexo II da legislação da Entidade, com o nome de não cumprido ao Governo Federal, com reafiação aos "desapertos" gerados pela exploração do petróleo no Piauí, digem que terão fundo de que os municípios produziram mais 10% beneficiados com o pagamento, que, contudo, Cabo Frio, a partir de janeiro de 1986 não cumpre da mesma forma, havendo a negar aplicação em benefício da comunidade. Comunicou que a Prefeitura recusava o direito do cumprimento emitir uma fatura ao PERT, e no momento de todos fizeram constatada que o fisco no faturamento Público, referente ao mês de agosto de 1985, correspondente ao cofre da Empresa cerca de trezentos milhares de cruzados, e que mesmo assim o PERT acertava um débito da Municipalidade no valor de trinta e setenta milhares de cruzados, ou seja a Empresa não continuava a receber. TIP, não dando reinfração à Municipalidade, e que o débito da Prefeitura continuaria cumprindo, considerando que os critérios de aprovação do Governo Municipal não tinham procedimento e que os arqueiros de cobras no Governo da Entidade e deixa de respeito para com o Município de Cabo Frio, e nisso, se que o PERT esteve a prestando a consolidação da Prefeitura, evitando o uso de umas frangas de uma vulgarização. Sendo que sua intenção com outras verbações, o governo nomeado de Cabo Frio.

Gleyza Silva da Rocha para manter entendimentos com a PERJ o respeito do TIP e nindo propor a empreia que com a renovação do contrato
com a Eletrobras para a construção de uma subestação a privatização
de uma competição com a repartição divida da Municipalidade com
a concessionária de energia Elétrica. Refletiu as críticas da oposi-
ção quanto ao não pagamento da repartição divida para com a PERJ,
afirmando que enquanto a Empreita não prestava contas através
de relatório a dívida continuaria a ser uma suposição. Repetiu-
se o pronunciamento anterior quando focalizou a obra que estava
sendo realizada pela Prefeitura, enfatizando que as críticas da oposi-
ção de forma alguma predizem tirar a mártir, a Administração de
fato importante obteve, como de costume forma decomberia o valor das
Brigadas que eram sendo construídas pelo governo do Estado,
também com grande repercussão social, lamentando porém que
as críticas da Administração Municipal em momento algum re-
pertoriaram elogios aos acertos do Governo. Para o Dr. Dina que
não podia aceitar as formas de pronunciamento de Alexandre Vítor
de Belo Horizonte que confortavelmente acusava a Prefeitura por ocidente
sofrido por uma família cujo veículo caiu em um hole num agra-
do dizendo que o Prefeito Municipal não podia de forma alguma ter
criado uma realidade que o futebol de campo de ruas, que é uma com-
partilha entre todos os bairros, é uma forma de cultura que é uma herança
que é uma herança que é uma herança dos moradores, e ainda, que o
comunidade geralmente não mudou nada só que normal que
esses fatos aconteçam, o que lamentava profundamente, mas até
não impulsionado a Prefeito a culpar de cometeram um ato im-
júntico, que a própria PEDAE era vítima de cometeram fatos em
decorrência de tempo para receberem multas em seu público e que
não havia desverba nem houve privatização e privatizar é quem
privatiza, mencionando sua falta, comemoração realizada na noite anterior
neste pelo aniversário da data decisiva da Prefeitura. Na mesma
noite realizaram manifestações e fecharam totalmente de modo que transpor-
te em ônibus fez a ordem do dia. Nesta etapa foram apresentados os

negociantes matininos. Aprovado o Decreto nº 120/85
dando à Secretaria Estadual Financeira ao seu tempo a competência para
Requerimentos nº 126 e 127/85 de autorização para a abertura de
conta de Poupança, 128/85 no nome da associação de festeiros, festeiros e
Aldeia, 129/85 de autorização para a abertura de conta bancária e
Abertura da Conta Bancária para a Executiva nº 130/85
e Juntigo, os negociantes festeiros festeiros e Executiva nº 131/85
Projeto de Lei nº 361/85 Executiva da Executiva nº 132/85
Projeto de Executivo nº 381/85 Projeto de Lei nº 391/85 contendo Mem-
orandum Executivo nº 101/85 Projeto de Lei nº 139/85 se refere Mem-
orandum Executivo nº 201/85 Projeto de Lei nº 139/85 contendo Mem-
orandum Executivo nº 231/85 Projeto de Lei nº 141/85 contendo Mem-
orandum Executivo nº 241/85 Projeto de Lei nº 141/85 contendo Memorandum Exe-
cutiva nº 251/85 Projeto de Lei nº 142/85
nº 96/85 Projeto de Lei nº 143/85 contendo Memorandum Executivo
nº 97/85 Projeto de Lei nº 144/85 contendo Memorandum Executivo nº 98/85
Projeto de Lei nº 145/85 contendo Memorandum Executivo nº 99/85
Projeto de Lei nº 146/85 contendo Memorandum Executivo nº 100/85
Projeto de Lei nº 147/85 contendo Memorandum Executivo nº 101/85. Foi
projeto de Lei nº 148/85 contendo Memorandum Executivo nº 102/85. Projeto
de Lei nº 149/85 contendo Memorandum Executivo nº 103/85. Projeto
de Lei nº 150/85 contendo Memorandum Executivo nº 104/85 foi encen-
trado o Memorandum do Memorandum Executivo. Memorandum e Pro-
jeto de Lei nº 151/85 contendo Memorandum Executivo nº 105/85. Projeto
final, mas negociantes Projeto Projeto de Lei nº 152/85 contendo
Memorandum Executivo nº 106/85 Projeto de Lei nº 153/85 contendo
Memorandum Executivo nº 153/85 Projeto de Lei nº 154/85 contendo
Memorandum Executivo nº 154/85 Projeto de Lei nº 155/85 contendo
Memorandum Executivo nº 155/85 Projeto de Lei nº 156/85 contendo
Memorandum Executivo nº 156/85 Projeto de Lei nº 157/85 contendo
Memorandum Executivo nº 157/85 Projeto de Lei nº 158/85 contendo
Memorandum Executivo nº 158/85 Projeto de Lei nº 159/85 contendo
Memorandum Executivo nº 159/85 Projeto de Lei nº 160/85 contendo
Memorandum Executivo nº 160/85 Projeto de Lei nº 161/85 contendo
Memorandum Executivo nº 161/85

Projeto de Lei nº 112/85, contendo Remuneração Executiva nº 69/85, Projeto de Lei nº 114/85 contendo Remuneração Executiva nº 92/85, Projeto de Lei nº 115/85, contendo Remuneração Executiva nº 93/85, Projeto de Lei nº 116/85, contendo Remuneração Executiva nº 94/85, Projeto de Lei nº 117/85, contendo Remuneração Executiva nº 95/85, Projeto de Lei nº 118/85, contendo Remuneração Executiva nº 96/85, Projeto de Lei nº 119/85, contendo Remuneração Executiva nº 97/85, Projeto de Lei nº 120/85, contendo Remuneração Executiva nº 98/85, Projeto de Lei nº 121/85, contendo Remuneração Executiva nº 99/85, Projeto de Lei nº 122/85, contendo Remuneração Executiva nº 100/85, Projeto de Lei nº 123/85, contendo Remuneração Executiva nº 101/85, Projeto de Lei nº 124/85, contendo Remuneração Executiva nº 102/85, Projeto de Lei nº 125/85 de autoria do Vereador Gilney Penedo da Silveira, Projeto de Lei nº 126/85, contendo Remuneração Executiva nº 103/85, Projeto de Lei nº 127/85, contendo Remuneração Executiva nº 104/85, Projeto de Lei nº 128/85, contendo Remuneração Executiva nº 105/85, Projeto de Lei nº 129/85, contendo Remuneração Executiva nº 106/85, Projeto de Lei nº 130/85, contendo Remuneração Executiva nº 107/85, Projeto de Lei nº 131/85, contendo Remuneração Executiva nº 108/85, Projeto de Lei nº 132/85, contendo Remuneração Executiva nº 109/85. Projeto de Lei nº 136/85, contendo Remuneração Executiva nº 109/85, homenageando o Exmo. Sr. Dr. Júlio, homenageada a palavra para EXPlicacOES PRaECAIS, figura da memória a Senador ALCINEIDES FERREIRA DA SILVEIRA, dirigiu sua atençãO para o prefeito do Brasil do Vale, dizendo que entrou agradecendo a candidatura de Renato Sianne de Souza para a Prefeitura de seu Município, afirmando que já vieram candidatos em uma certa de pregação para a comunidade cobrando se no ano político do momento vivido pelo Brasil do Vale, o Senador Alcineides Ferreira da Souza, sempre defendeu para os cidadãos populares, dizendo que também apoiou a candidatura de Nicomedes Júnior para Prefeito do Vale, fomos daí aí que muita simpatia a ele pelo Município. Seguir figura da palavra a Senadora MARIA FREI DE AZEVEDO, afirmando que o prefeito da FERIA GOS, na ocasião de que o Município obtinha muitos recursos no imóvel universitário, Registrou resposta da Senhora Prefeita o relatório de sua autoria, no sentido de que nenhuma menor permaneça

foi, e o contacto de proximidade da população colofunense durante que o comportamento negativo tendo em vista o cumprimento das unidades para outras procedências no âmbito da saúde, em cumprindo sua fala, voltando após ao Prefeito me nortearia de que a FERLAGOS receberam o verba e que tinha dentro atuação da Municipalidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, anuncia nova reunião ordinária para o dia dezembro, quinta-feira, às dez horas e meia e encerrara a presente. E para constar mandou que se fizesse esta Ata que, depois de lida, submetida à apreciação plenária, aprovada, seja assinada, para que produza os seus efeitos legais.



Ata da Sessão Plenária Reunião
Ordinária, da Segunda Período
Ordinário do ano d. mil, novecentos
e cinqüenta e cinco (1985), realizada
no dia dezembro de outubro do ano
em curso.

O dia dezembro houve o trinta minutos do dia dezembro de outubro do ano de mil, novecentos e cinqüenta e cinco (1985), sob a presidência do Senador Amorim Pinto da Figueirinha - Vice-Presidente, com a ocupação da primeira e da segunda secretaria, Henrique no ordinariamente à Câmara Municipal de Colégio Olímpio de Souza, respondiam a chamada nominal, os seguintes Senadores: Rego Silveira de Freitas, Antônio Carlos da Caxambu - Presidente, Antônio Vieira, Almeida Ferreira de Sena, Geraldino Laranjeiras, Imaculada Corrêa, Octávio Raja Gabaglio e Walter de Barros Bezerra. Havia ainda uma representação, o Senhor Presidente, em nome de Deus, declarou a basta o presente reunião. Rego após, o Senhor Presidente, em